

**A DEPENDÊNCIA DO ESPÍRITO SANTO ENTRE TRÊS MANDATOS E DUAS  
POLÍTICAS: AS ADMINISTRAÇÕES MONIZ FREIRE E JERÔNIMO  
MONTEIRO**

**JOSÉ CÂNDIDO RIFAN SUETH**

Mestre em História pela UFES

**SEBASTIÃO PIMENTEL FRANCO**

Doutor em História e Professor do PPGHis/UFES

**RESUMO**

Esse estudo de história regional fornece subsídios para o entendimento da hegemonia de alguns estados brasileiros e a exclusão do Espírito Santo, num período tão importante para a história política brasileira, como foi o da Primeira República. O recorte cronológico abrange as administrações estaduais de dois presidentes de estado, José de Carvalho Moniz Freire e Jerônimo de Souza Monteiro que, embora tenham imprimido ao governo orientações políticas diferentes, mantiveram a característica “satélite” do estado do Espírito Santo diante da Federação. Essa análise é fundamentada na concepção weberiana do poder e, sem ter a finalidade de utilizar a História como “mestra da vida”, talvez ofereça algum suporte para observações sobre o Espírito Santo no século XXI, contribuindo desse modo com a nova história política que vem caracterizando certas áreas da historiografia.

**Palavras-chave:** Espírito Santo, federalismo, primeira república.

## ABSTRACT

This study about regional history gives support to understand hegemony of some Brazilian states and exclusion of Espírito Santo, within the First Republic period, a very important phase of political Brazilian history. The chronological time line covers two state governors, José de Carvalho Moniz Freire and Jeronimo de Souza Monteiro that, in spite of differentiate political guide-lines, kept the “satellite” character of Espírito Santo state before Federation. This analysis is based on weberian conception about power and, in spite of not having the goal of using History as “teacher of life”, maybe offers some fundament to notices about Espírito Santo within the 21<sup>st</sup> century, giving therefore a contribution to a new political history which now characterizes some areas of historiography.

**Keywords:** Espírito Santo; federalism; first republic.

Qualquer estudioso que pesquisar o “índice remissivo” de *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*, de Raymundo Faoro (2001:904), poderá intrigar-se com o fato de existirem apenas duas referências ao estado do Espírito Santo, ao lado de inúmeras citações dos estados de São Paulo e Minas Gerais, por exemplo, numa obra que, num total de novecentas e treze páginas, faz exaustivo estudo da história brasileira. Este é um mero exemplo da perplexidade que atinge aqueles que desejam se debruçar sobre a história de um estado que possui uma das mais antigas cidades do país (Oliveira, 1975) e situa-se em uma região privilegiada, ponto de encontro entre o sul/sudeste e o nordeste, antiga capitania na qual se deu a descoberta de ouro em fins do século XVIII e integrante daquilo que, embora impropriamente, poderíamos chamar de ciclo do café.

O Espírito Santo tem sido considerado uma região secundária, dependente, sem aquela “[...] liberdade política característica de uma sociedade capaz de governar-se por si mesma e de forma independente, quer dizer, com autodeterminação [...], caracterizando assim sua falta de autonomia (Japiassu, 1996:21). Trata-se de uma condição pela qual o Espírito

Santo vem recebendo de fora a lei à qual obedece. Para identificar essa heteronomia<sup>1</sup>, esta pesquisa preferiu utilizar o termo “satélite”, já consagrado por diversos autores.

Entre os historiadores capixabas, destacam-se Sebastião Pimentel Franco e Regina Hees que, no final de seu recente livro, analisam o Espírito Santo na República e identificam a situação periférica do estado, o que é uma das principais características da falta de autonomia a que se refere esta pesquisa:

*O Espírito Santo, que sempre viveu numa situação periférica, sem receber apoio, com os incentivos fiscais [a partir dos anos 1960] começa a receber recursos para implantação de projetos industriais. Embora esses incentivos estivessem chegando até o estado, a situação de periferia não se alterou nessa primeira fase do processo de industrialização [...]. [Após 1975] são implementados [planos], cujo objetivo era promover a integração do Espírito Santo no cenário nacional e fazer com que o estado deixasse de ser uma área periférica (Franco; Hees, 2003:143, grifos nossos).*

A hipótese sobre a qual pretende-se trabalhar é a de que existiu efetivamente, no período correspondente aos mandatos de Moniz Freire e Jerônimo Monteiro, uma heteronomia, uma dependência, uma subordinação do Espírito Santo, de acordo com a afirmação de Afonso Cláudio que, apesar de feita posteriormente, denuncia uma característica do período aqui estudado: “Durante o governo monárquico, não cessamos de clamar contra os desatinos da ferrenha centralização que fazia da corte o Brasil; entretanto sob o governo republicano federativo, perdura a anomalia, o Brasil é o Rio de Janeiro!” (Claudio, 2002:29, grifo nosso)

Ora, se o Brasil é o Rio de Janeiro, então este é o planeta e os outros, entre os quais está o Espírito Santo, recebem sua influência e, portanto, têm sua autonomia limitada. Tal é a problemática levantada por esta pesquisa.

Neste estudo o conceito de estado “satélite” está associado a carência, pouca autonomia, ser influenciado, ser dependente. Apesar da coincidência de termos, não significa que se esteja utilizando a “teoria da dependência” tão em voga alguns anos atrás e caracterizada por Fernando Henrique Cardoso et al. (1979: 128) como “[...] a expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista quando este é levado à expansão internacional”. Esta pesquisa não se fundamenta no modo de produção capitalista, quando classifica os

estados brasileiros em satélites e planetas. Não se trata aqui de analisar, portanto, o “[...] relacionamento das partes que compõem o sistema capitalista internacional [...]” (Cardoso et al., 1979:127), como pretende a teoria da dependência.

Sem desprezar os aspectos econômicos, a hipótese aqui levantada procura fundamentar seus conceitos especificamente na política, de maneira que estado satélite é aqui considerado aquele que, por seu caráter secundário, não dispõe da autonomia necessária para reger seu destino e, por isso, depende de outra entidade que lhe proporcione os meios de sobreviver politicamente. Atualmente, utiliza-se a Política como a atividade ou o conjunto de atividades que têm como referência a “*polis*”, o Estado (Bobbio, 2002:954).

Neste ensaio, utiliza-se, sem dúvida, um modelo centro-periferia, mas empregado em outra área que não a econômica. É, assim, uma abordagem política e que há alguns anos vem se firmando na historiografia. Peter Burke (2002:114) cita como exemplo dessa visualização o historiador William McNeil, que organizou um estudo sobre o Império Otomano com base nesse modelo. É assim também que teóricos e historiadores da Escandinávia, que por vezes se descrevem como habitantes da periferia da Europa, igualmente manifestaram interesse especial pelos conceitos de centro e periferia, numa linha de investigação histórica frutífera, “[...] apesar de relativamente negligenciada, [uma vez que] os historiadores estão acostumados a estudar a centralização, porém mal começaram a explorar o processo de ‘periferização’” (Burke, 2002:116).

Quando se parte para esse tipo de análise, nota-se que há uma tendência a se considerar como núcleo político aquele que é núcleo econômico, o que historicamente nem sempre se dá. Por vezes, o núcleo econômico depende politicamente de seus satélites. Esse é um tipo de inter-relação comentado por Peter Burke (2002:116): “No caso dos teóricos do subdesenvolvimento, tem-se afirmado que o conceito fundamental de superávit precisa de esclarecimentos e que se têm oferecido informações insuficientes para demonstrar a dependência econômica do núcleo para com a periferia dependente na esfera política”.

Exemplo disso ocorreu com São Paulo que, em meados da década de 20, detinha o poder econômico, mas politicamente estava, em certo sentido, na periferia de Minas Gerais, conforme se pode deduzir de documento oficial de José Carlos de Macedo Soares,

presidente da Câmara de Comércio de São Paulo, em 1924, apoiando uma rebelião militar contra o governo do mineiro Artur Bernardes:

*Perdemos totalmente a influência legislativa, tanto na Câmara Federal quanto no Senado. Fomos completamente excluídos de um dos poderes da República, pois no Supremo Tribunal Federal, a esta hora, não há um único juiz de São Paulo [...]. Não temos um só representante no Conselho Superior do Comércio. Na Diplomacia como na Magistratura, na Marinha, como no Exército, nos poderes do Estado, por toda parte, em todos os postos de influência e de autoridade, São Paulo está sistematicamente excluído (Lessa, 1999: 205).*

Trata-se da marginalização política de São Paulo na Federação, no momento em que esse estado encontrava-se indubitavelmente na frente da industrialização e da economia nacional. Ou seja, o centro econômico não era o centro político.

A presente análise procura fazer uma abordagem que não avalia exageradamente o papel da economia, mas valoriza a política.<sup>ii</sup> Um dos embasamentos teóricos desse procedimento pode ser encontrado, paradoxalmente, no conhecido homem de finanças da atualidade, Georges Soros (1998:87), quando afirma que a atividade econômica representa apenas uma faceta da existência humana, a qual abrange diferentes esferas: “O ponto que procuro sustentar é que o comportamento econômico é apenas um tipo de comportamento e que os valores que a teoria econômica aceita como dados não são as únicas modalidades de valores que prevalecem na sociedade”.

Como os valores econômicos se relacionam com outros tipos de valores? É o mesmo Soros quem fornece dados esclarecedores:

*Essa não é uma pergunta para a qual haja uma resposta de validade universal e intemporal, exceto quanto à afirmação de que os valores econômicos, em si mesmo, não são suficientes para sustentar a sociedade. Os valores econômicos expressam apenas o que determinado participante do mercado está disposto a pagar a outro, por alguma coisa, numa troca livre [...]. Ainda que a descrição seja apropriada para o comportamento do mercado, é preciso que haja alguns outros valores em atuação para sustentar a sociedade; na realidade, para sustentar a vida humana (Soros, 1998: 87-88).*

Entretanto, é Max Weber (1982:72) quem delimita, com a precisão que lhe é peculiar, o alcance da política em contraposição com o da economia: “De todo modo já nos é

demasiado próxima a tentação de nos convertermos em seguidores do vencedor da luta pelo poder econômico e, por essa via, esquecermos que o poder econômico e a vocação para a direção política da nação nem sempre coincidem”.

É ainda o mesmo Weber (1982:69) quem vai mais longe, estabelecendo que, em várias ocasiões, o econômico é subordinado ao político: “A ciência da política econômica nacional é uma ciência política. Ela é uma serva da política, não da política momentânea dos grupos e classes dominantes no momento, mas dos perenes interesses do poder nacional”.

É com base nessas abordagens que esta pesquisa utiliza o termo satélite, tomado de empréstimo do vocabulário astronômico, qualificando, “[...] em sentido político, a condição ‘paracolônial’<sup>iii</sup> de sujeição e dependência de um Estado em relação a outro” (Ostellino, 2002:1141). Trata-se de um processo que se dá principalmente quando e onde existe algum vazio de poder político, econômico e militar, capaz de atrair os mecanismos naturais de alguma potência dominadora. Naturalmente tudo isso supõe uma fraca resistência à pressão expansionista dessa potência que tende a exercer seu poder hegemônico e se assemelha

*[...] mais à dominação que à exploração (mesmo que compreenda este segundo componente) e se situa historicamente muito mais na busca de esferas de influência política e militar por parte de uma potência propensamente hegemônica do que na de mercados econômicos ou de novas fontes de recursos (Ostellino, 2002:1141).*

Ao lidar com esse caráter secundário do Espírito Santo, duas figuras tiveram papéis importantes, durante a Primeira República (1889-1930). Daí, para efeitos deste ensaio, a utilidade em compará-los. Trata-se de José de Mello Carvalho Moniz Freire que exerceu por duas vezes o mandato de presidente do Estado (1892-1896 e 1900-1904) e Jerônimo de Souza Monteiro que governou o estado em apenas uma administração (1908-1912).

Do ponto de vista político-partidário, observa-se com clareza que o período dos mandatos desses dois presidentes de estado (1892-1912) foi marcado especialmente por dois partidos políticos, o Partido Republicano Construtor (PRC) e o Partido Republicano Espírito-santense (PRES).

Quanto a esses dois partidos, uma análise de suas origens e de suas articulações com as forças sociais capixabas permite entender melhor as políticas levadas adiante por Moniz Freire, vinculado ao PRC, e por Jerônimo Monteiro, ligado ao PRES.

É preciso remontar ao início do período republicano no Espírito Santo, para se compreender a gênese desses dois partidos e entender o mecanismo que lhes deu origem. A 23 de maio de 1890, reuniu-se em Vitória o Congresso republicano, que terminou por produzir duas agremiações políticas: Partido da União Republicana Espírito-santense, da qual faziam parte Antônio Aguirre, o barão de Monjardim e Bernardo Horta, entre outros; e o Partido Republicano Construtor, com o então governador Afonso Cláudio, Moniz Freire e Constante G. Sodré. Tem início aí o domínio do PRC, sob o comando de Moniz Freire, eleito para governar o estado em 1892. Marta Zorzal e Silva (1995:72-73) é clara, quando traça a composição de forças desses dois partidos: o primeiro representa os interesses dos agrofundiários das regiões sul, centro e norte do estado, bem como dos estamentos burocrático-militares; enquanto a segunda agremiação representa quase que exclusivamente os interesses mercantis-exportadores, embora também tivesse em seus quadros alguns poucos representantes dos interesses agrofundiários.

Tendo “[...] se entusiasmado pela projeção do Dr. Moniz Freire [...]” e “[...] partidário da corrente monizista [...]” (Novaes, 1979:53) Jerônimo Monteiro foi eleito deputado estadual em 1895 e federal em 1897. Entretanto, não se conformando com o predomínio político do líder do PRC, Jerônimo investiu “[...] contra a opressão reinante no estado [...]” e “[...] empenhou-se em abrir outros horizontes ao povo espírito-santense [...]” (Novaes, 1979:54), o que o fez ser excluído da lista de candidatos a deputados federais para a legislatura que iniciar-se-ia em 1900. Inconformado, fundou então o Partido da Lavoura, que passou a fazer, sem sucesso político, oposição a Moniz Freire.

É interessante notar como, já nesse momento, vão se firmando as vinculações com diferentes forças sociais. O partido dirigido por Moniz Freire pretendia-se construtor, o que o liga ao progresso e, ainda que vagamente quanto ao nome, ao comércio, enquanto o de Jerônimo Monteiro levantava a bandeira da lavoura e, portanto, do agricultor.

Pertencendo ao PRC e tendo sido eleito para governar o estado em 1904, o coronel Henrique Coutinho, entretanto, rompe com Moniz Freire, por ter se recusado a nomear os

correligionários que este apresentou para ocupar importantes cargos políticos na administração do estado. Foi nesse momento que, em Cachoeiro, centro político mais importante do estado, alguns vereadores – entre os quais Bernardino Monteiro, irmão de Jerônimo – declaram-se “[...] solidários com o presidente do estado, coronel Coutinho” (Novaes, [s.d.]:363). Agrava-se, assim, a luta política entre este e os monizistas. Foi o momento em que o presidente do estado apelou para Jerônimo Monteiro – residente então fora do Espírito Santo – para solucionar, enquanto advogado, a questão da venda de estradas de ferro à Leopoldina Railway.

Logo em seguida, em 1907, em função dos “[...] entendimentos desenvolvidos pelo Dr. João Luís Alves, encarregado pelo Cons. Afonso Pena [...]” (Novaes, [s.d.]:363), surge a candidatura de Jerônimo Monteiro para o próximo período presidencial, com o apoio de vários líderes políticos, entre os quais o próprio Moniz Freire. Jerônimo Monteiro é, afinal, eleito nas eleições de 1908 e assume o governo do estado.

A 4 de dezembro desse mesmo ano, foi fundado o Partido Republicano Espírito-santense, que reuniu todas as correntes partidárias do tempo. Vê-se que a meta naquele momento era a de esquecer as diferenças partidárias e trabalhar pelo estado, o que já estava explícito no Manifesto Político em que Jerônimo Monteiro divulgava sua plataforma de governo, publicada no Diário da Manhã de 17 de janeiro daquele ano: “[...] empreenderei as mais vivas forças, para prestar à minha terra os melhores serviços, aplicando em favor do seu progresso todo o esforço de minha atividade” (Novaes, [s.d.]:365). Também em seu discurso de lançamento do partido, Jerônimo Monteiro declarava que “[...] vemos com prazer reinar a paz em nosso meio, reunidos todos os elementos em torno de um programa abrigados por uma bandeira e empenhados em um só combate, o nosso engrandecimento” (Novaes, 1979:142)

O programa do novo partido estabelecia 10 princípios gerais, entre os quais estava o apoio à educação, a luta contra o déficit orçamentário e pelo desenvolvimento da indústria. É de se notar que, no item IX, propunha o objetivo de “[...] trabalhar pelo levantamento da lavoura” (Novaes, 1979:144). As metas de Moniz Freire, ligadas ao desenvolvimento do comércio e de Vitória enquanto centro comercial, não estavam aí contempladas.



Amigo de Moniz Freire, Torquato Moreira foi dos raros a protestar, afirmando “[...] confiar pouco nas vantagens de um Partido sem outro que a ele se opusesse” (Novaes, 1979:145). Igualmente Graciano dos Santos Neves não se conformou com a idéia de que todos os partidos houvessem se fundido no Republicano Espírito-santense e, “[...] em consequência, extinguido a oposição ao governo do estado” (Novaes, 1979:146). Foi enorme a campanha movida, a partir daí, através da imprensa, contra Jerônimo Monteiro e seu partido único. Infelizmente, não existem nos arquivos os exemplares dos jornais que continham esses artigos, pois “[...] foram destruídos [...]” (Novaes, 1979:150) por um jornalista que se arrependera dos ataques que, naquele momento, fazia contra Jerônimo e seu irmão D. Fernando, bispo de Vitória.

Foi nesse contexto que Jerônimo Monteiro passou a governar o Espírito Santo, com o apoio de diferentes facções políticas, mas orientando sua prática para o favorecimento de uma delas: a que representava as forças agrofundiárias.

#### **DUAS FORÇAS ORIENTAM A POLÍTICA CAPIXABA**

Na composição dos interesses que norteavam as políticas desses dois partidos, no início do século XX, vê-se que o Partido Republicano Espírito-santense articulava-se mais diretamente com as forças ligadas às classes produtoras, especialmente as do café do sul do estado. Por sua vez, o Partido Republicano Construtor representava as classes ligadas ao capital mercantil exportador, constituídas especialmente pela expansão da economia cafeeira após o incentivo à imigração estrangeira na região central, vinculando-se, assim, ao capital comercial, enquanto o PRES articulava-se com o capital produtor.

Como figuras dirigentes dessas duas agremiações políticas, destacaram-se dois presidentes do estado do Espírito Santo: Moniz Freire, com o Partido Republicano Construtor e Jerônimo Monteiro com o Partido Republicano Espírito-santense.

A hegemonia das oligarquias mercantis-exportadoras em nível nacional, logo após a proclamação da República, fez com que, no estado do Espírito Santo, fosse consolidado o poder político do Partido Republicano Construtor (Silva, 1995:74). Este permaneceu

hegemônico até a ascensão de Jerônimo Monteiro, em cujo mandato houve uma composição entre as forças integrantes das classes agro-fundiárias da região sul e as que sustentavam o Partido Republicano Construtor, buscando uma nova orientação para o desenvolvimento sócioeconômico do estado. Com elementos dessas duas facções políticas, Jerônimo Monteiro fundou e passou a dirigir o Partido Republicano Espírito-santense. Tem início aí a perda do controle sobre o governo do estado, por parte da corrente monizista. Nasce também uma nova visão política que este trabalho chama de jeronimismo.<sup>iv</sup> Trata-se de duas orientações políticas cuja diferenciação é útil para se analisar a falta de autonomia do estado entre 1892 e 1912.

Para se compreender, entretanto, o direcionamento que essas duas práticas imprimiram na política do estado, é fundamental realçar as observações que Campos Júnior (1996) fez sobre as bases sociais em que se fundavam o monizismo e o jeronimismo: Moniz Freire representava sobretudo os interesses das classes mercantis exportadoras do centro e norte do estado, enquanto Jerônimo Monteiro liderava as forças agro-fundiárias do sul.

Tais diferenças de interesse indicam diversidade política. Todas as iniciativas de Moniz Freire estavam voltadas para a construção de um grande centro populoso como o passo mais importante para o desenvolvimento do estado, fundamentado na idéia de que isso seria produzido pelo aumento da atividade comercial, o que, aliás, ocorria em importantes cidades, conforme verificava o próprio Moniz Freire:

*Não há país no mundo, de importância política ou comercial, que não tenha as suas grandes praças, e quanto mais notáveis são estas mais elevada é a categoria da nação; as primeiras nações do globo são a França, a Inglaterra, os Estados Unidos e a Alemanha, que possuem cidades como Paris, Londres, Nova York, além de tantas outras que figuram em primeira linha após estas (Espírito Santo, 1896a:35).*

É nesse sentido que se pronuncia Carlos Teixeira de Campos Júnior (1996:149),<sup>v</sup> em estudo bem fundamentado no qual analisa esse aspecto da política de Moniz Freire: “A proposta de Moniz Freire voltava-se para tornar Vitória o grande centro comercial do Estado e, quiçá, levá-la a exercer também alguma polarização sobre regiões mineiras. Concentrar o comércio era a meta”

O próprio Moniz Freire aponta essa meta em uma de suas mensagens, quando afirma que seu governo “[...] deixa satisfeita a grande aspiração espírito-santense de converter Vitória em um dos principais mercados de Minas [...]” (Espírito Santo, 1896a:162).

Daí a principal ação de seu primeiro mandato: construir uma via férrea que ligasse o sul do estado a Vitória, a fim de canalizar para a capital a produção cafeeira daquela zona. Também planejou-se estabelecer uma ligação ferroviária que unisse o norte do estado e parte de Minas Gerais com Vitória (Espírito Santo, 1896b:57-61)

Moniz Freire é bastante explícito quanto ao que pretendia no que diz respeito à ligação com Minas Gerais: “Concluídas as duas linhas, o porto de Vitória será o mercado da maior parte da zona mineira que fica-lhe a oeste, e de quase todo o norte daquele estado até as cabeceiras do S. Francisco” (Espírito Santo, 1893:14).

Por outro lado, devido à imigração destinada à região central do estado, vai se ampliando a produção cafeeira dessa área, fazendo surgir um grande número de casas comerciais não só na região produtora, mas também em Vitória, o que motivou a reflexão de Campos Júnior (1996:84):

*[...] o que se depreende da política de imigração/colonização desenvolvida no Espírito Santo é que ela [...] foi também a viabilizadora do surgimento de um espoliativo esquema de comercialização do café capixaba [...] toda essa discussão explicita um outro tipo de estrutura de poder: a dos setores do comércio cafeeiro.*

Compreende-se, então, a afirmação de Moniz Freire quanto à política que orientou seu primeiro mandato:

*Continua a ser a principal preocupação de meu governo o programa que vos anunciei ao assumi-lo: a viação férrea e o povoamento do nosso território. A esses dois interesses superiores, mormente ao primeiro, continuo a pensar que deveremos sacrificar outros de menor ou igual relevância [...] (Espírito Santo, 1893: 9).*

Via férrea e povoamento, que levariam Vitória a se tornar um grande centro populoso e comercial, com vistas ao “[...] futuro glorioso que lhe está reservado” (Espírito Santo, 1893:17). Imbuído dessas idéias, Moniz Freire dedicou-se a elaborar um plano de ocupação e urbanização de uma nova área que se tornou conhecida como o Novo

Arrabalde. O líder do Partido Republicano Construtor entendia, entretanto, que para isso deveria usar o poder de intervenção do estado.

Seu objetivo político, portanto, era o de fazer convergir o comércio do café para Vitória, juntamente com todas as atividades a ele ligadas e, para isso, havia que adaptar a cidade a essas novas funções comerciais, criando o Novo Arrabalde. Devido às crises financeiras advindas de vários fatores, não foi possível perseguir tal objetivo com o mesmo afinco no segundo mandato. Daí suas outras preocupações nas mensagens e discursos entre 1900 e 1904, período em que os documentos oficiais são perpassados por uma visão pessimista da realidade capixaba. Assim, apenas à guisa de exemplo, já nas páginas iniciais da mensagem de 23 de setembro de 1903, Moniz Freire (Espírito Santo, 1903:5-7) utiliza em demasia palavras e expressões que denotam desânimo diante da situação em que se encontrava o Estado que administrava: *“apreensões cada vez mais justificadas”, “desconfortos”, esforços “infrutíferos”, “afunda”, “provações”, “abalo”, “mais pobre”, “deficiência dos meios de transporte”, “nosso atraso econômico”* e assim por diante.

Por outro lado, a imigração – meta prioritária de Moniz Freire – era um objetivo que só não seria prejudicial aos fazendeiros se eles pudessem receber em suas terras a mão-de-obra imigrante, desprovida da propriedade da terra.<sup>vi</sup> Ora, o governo monizista procurava desenvolver a imigração sem ter o objetivo principal de abastecer as fazendas do sul. E investia em viação com a finalidade de estabelecer as ligações ferroviárias com Vitória, favorecendo, assim, o comércio sediado na Capital mais que qualquer outro setor da economia.

Vê-se, assim, que nas administrações de Moniz Freire os recursos do estado eram dirigidos para a promoção de um grande centro comercial, Vitória, ao invés de atender diretamente às necessidades da produção cafeeira. Desse modo, a fração do poder representada por Moniz Freire e originária do comércio passou a exercer influência no controle dos instrumentos do estado, provocando descontentamento nos fazendeiros do sul.

Porém, após a fase intermediária da gestão do coronel Henrique da Silva Coutinho, o advento de Jerônimo Monteiro trouxe “[...] nítida vinculação da política do governo à dos fazendeiros do sul” (Campos Junior, 1996:155). Daí as preocupações da administração que se iniciou em 1908, manifestas em suas mensagens e discursos, comprovadas por exemplo

pelo interesse em desenvolver a indústria, justamente na região sul e com o objetivo de aproveitar matéria prima fornecida por fazendeiros dessa mesma área.

Vale a pena comparar esse esforço industrializante de Jerônimo Monteiro com o de Moniz Freire, este voltado para outros setores que não o dos cafeicultores do sul. É assim que podem-se notar, por exemplo, entre as iniciativas (Oliveira, 1995:413) de Moniz Freire, os contratos para o estabelecimento de um engenho central em Itapemirim, de grande fábrica de tecidos em Vila Velha, além de uma segunda em Benevente. Jerônimo, por sua vez, centralizou suas iniciativas industrializantes na área de Cachoeiro, beneficiando os cafeicultores.

As obras de saneamento e embelezamento da capital, promovidas por Jerônimo Monteiro, estão obviamente relacionadas com os interesses dessa elite rural que estava se instalando no poder e que, nessa ocasião, passava a residir com suas famílias na capital, uma vez que estavam ligados às atividades do governo. Tratava-se, portanto, de mudanças com “[...] conotação claramente política” (Campos Junior, 1996:184).

Tais mudanças, entretanto, já puderam ser notadas no governo que se sucedeu ao segundo mandato de Moniz Freire, anteriormente a Jerônimo Monteiro, portanto. É assim que pode-se ler, por exemplo, na mensagem de 11 de setembro de 1905, do então Presidente do estado, Coronel Henrique da Silva Coutinho:

*[...] estabeleci [...] o programa, segundo o qual, entendia eu que devia moldar os meus atos durante os 4 anos de minha administração, isto é: Auxílio à lavoura e instrução primária. Continuo a pensar que para estes dois pontos capitais devem convergir as vistas daqueles a quem incumbe a difícil tarefa de dirigir os negócios públicos deste Estado (Espírito Santo, 1905:6-7).*

Nota-se também, nesta mesma mensagem (Espírito Santo, 1905:7, grifo nosso), a diferente visão com relação à imigração, encarada agora de maneira diferente da de Moniz Freire: “Ela se impõe, porque a lavoura precisa de braços [...]”.

Com a ascensão de Jerônimo Monteiro, mantém-se a diferença com relação aos planos de Moniz Freire. Até as modificações propostas para Vitória mudaram de rumo. Foi abandonado o plano do Novo Arrabalde e o crescimento passou a ser direcionado para a

ocupação e urbanização dos espaços centrais da ilha de Vitória. Nem mesmo os interesses imobiliários despertados anteriormente por Moniz Freire foram renovados por Jerônimo Monteiro quando se decidiu a urbanizar o centro de Vitória. É interessante notar que, em seguida à administração jeronimista, houve, por exemplo, um enfraquecimento do setor comercial estrangeiro com representação em Vitória, tendo desaparecido da Capital, entre 1913 e 1920,<sup>vii</sup> grandes firmas de origem estrangeira, surgindo em seu lugar firmas nacionais, evidenciando, assim, “[...] a perda do poder político do setor comercial até então estabelecido em Vitória” (Campos Junior, 1996:187).

Jerônimo Monteiro foi o primeiro presidente do estado “[...] a trazer para o debate público a voz dos fazendeiros” (Campos Junior, 1996:181), apesar de também ir ao encontro de reivindicações do setor comercial, uma vez que subiu ao poder em função de uma aliança política na qual entraram também os setores do comércio sediados em Vitória.

Para cumprir suas metas, Jerônimo Monteiro utilizou os recursos da venda da ferrovia Sul do Espírito Santo e da Estrada de Ferro Caravelas, efetuada por ele próprio quando advogado do governo Coutinho, recursos esses chegados ao estado no exato início de sua administração. Por outro lado, devido à superação da “[...] crise na cafeicultura, melhoraram as receitas públicas, ao mesmo tempo em que se contraiu um empréstimo de 70 milhões de francos com bancos franceses” (Campos Junior, 1996:182).

As elites mercantis-exportadoras que, no estado, sustentavam a corrente monizista, não conseguiram se articular com aquelas que, em âmbito nacional, serviam de base para a primeira fase<sup>viii</sup> da política dos governadores e, assim, não conseguiram remover o caráter secundário da participação capixaba na política federal. Por outro lado, a articulação levada a cabo posteriormente pelas elites agro-fundiárias, na segunda fase da política dos governadores, também não foi suficiente para tirar o Espírito Santo de sua condição dependente. Basta mencionar que, nesse segundo momento, um dos elementos de ligação entre as elites do Espírito Santo e as que sustentavam o poder em nível nacional, o senador João Luiz Alves - que nem era capixaba, mas mineiro - em 1916 mudou de orientação e tomou posição contra o deputado federal Jerônimo Monteiro, numa polêmica<sup>ix</sup> com réplicas e trélicas, na qual o ex-governador levantava fortes indícios de que seria alvo de uma tentativa de assassinato, fato calorosamente negado pelo senador João Luiz Alves, que

tanto o apoiara anteriormente Foi nesse contexto que o ex-presidente do estado do Espírito Santo assim se expressou:

*[...] se vê claramente que, por atos e por palavras, eu jamais agredi, acusei ou ataquei a integridade do Sr. Senador João Luiz Alves; entretanto, por S. Ex. acabo de ser agredido, acusado e atacado. S. Ex. devia ter um pouco de zelo, um pouco de respeito por essa amizade de muitos anos [...] (Brasil, 1916:313).*

Desenvolvendo uma orientação política conforme os interesses do capital mercantil-exportador ou dos fazendeiros do sul do Estado, de um modo ou de outro os presidentes capixabas não conseguiram, porém, colocar o Espírito Santo na categoria de igual entre os membros da Federação. Sua condição de satélite permaneceu inalterada.

Nesse sentido, vale a pena analisar a ausência do Espírito Santo nos postos ministeriais do período, indicando a fraqueza política de seus partidos estaduais dentro do Executivo. Em quase toda a Primeira República havia sete ministérios: Viação, Justiça, Agricultura, Relações Exteriores, Guerra, Fazenda e Marinha. Os postos mais importantes para os partidos políticos estaduais eram os ministérios da Fazenda, da Viação e da Justiça. Os dois primeiros eram importantes, devido ao seu grande orçamento. O da Fazenda, além disso, ainda controlava a política financeira e, por isso, tinha influência nas políticas do câmbio e do café. O Ministério da Viação era encarregado da construção de estradas de rodagem, de estradas de ferro e linhas telegráficas, com o poder de auxiliar ou dificultar o crescimento econômico de um determinado estado. O ministro da Justiça presidia as eleições federais e, assim, poderia influir no resultado das lutas congressionais e presidenciais. No que diz respeito ao Espírito Santo, é interessante consultar o quadro seguinte (Cardoso et al. 1979).

<b>Estados</b>	<b>Anos em todos os ministérios</b>	<b>Anos na Fazenda, Viação e Justiça</b>
Minas Gerais	12,64	7,69
Bahia	9,73	9,35
São Paulo	9,02	7,29
Pernambuco	5,51	4,74
Goiás	5,41	5,41
Mato Grosso	4,66	4,66
Rio Grande do Norte	4,41	4,41
Rio de Janeiro	4,25	3,07
Santa Catarina	4,00	4,00
Ceará	3,12	2,36
Paraíba	2,73	2,73
Rio Grande do Sul	2,56	1,51
Pará	2,27	1,08

Sergipe	1,30	1,30
---------	------	------

**QUADRO 1** – Número de anos em que os postos de gabinete foram ocupados por representantes dos partidos estaduais: de 15 de novembro de 1889 a 14 de novembro de 1910.

**FONTE:** Dados extraídos de Dunshee de Abranches, *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil* (São Paulo, 1918); *Almanaque de Gotha, 1923-1931* (Gotha, 1922-30); Augusto de Bulhões, *Ministros da Fazenda do Brasil 1808-1954* (Rio, 1955); Max Fleiuss, *História Administrativa do Brasil* (São Paulo, 1922).

A tabela permite ver que os políticos do Espírito Santo estão ausentes de qualquer Ministério: o estado encontrava-se à mercê das lideranças de outras áreas. Convém notar que até outros estados de pequena grandeza estavam presentes, de algum modo, em algum Ministério. O Espírito Santo encontrava-se entre os seis estados sem nenhuma representação nesses organismos.<sup>x</sup> Também para os anos posteriores (Cardoso et al., 1979:118) a 1910, na Primeira República, vale a mesma avaliação: o Espírito Santo estava ausente.

São dados que, no conjunto, ajudam a explicar a posição secundária do Espírito Santo na Primeira República, período em que Moniz Freire e Jerônimo Monteiro exerceram seus mandatos.

### **MONIZISMO, JERONIMISMO E FEDERAÇÃO**

Outro aspecto precisa também ser abordado e que pode ajudar a explicar a exclusão em que era posto o Espírito Santo, estivesse ele sob a influência monizista ou jeronimista: diz respeito à posição dos dois líderes diante da prática levada a efeito pelo federalismo e pela política dos governadores. No alvorecer da República, a contradição entre o ideário federalista e a realidade de dependência gerou aflição e indignação em intelectuais e políticos brasileiros. Moniz Freire e Jerônimo Monteiro foram uma mostra de como esse ideário foi absorvido no Espírito Santo, podendo explicar, ao menos em parte, a posição secundária do estado no cenário nacional.

Sabe-se que, no começo da República, o federalismo fora entendido de uma maneira que alguns políticos de então e muitos das fases posteriores consideraram radical. Assim, por exemplo, a Constituição do estado de São Paulo, de 14 de julho de 1891, considerava autônomo e soberano o estado, autorizando, inclusive, que o chefe do executivo estadual decretasse estado de sítio, o que também era permitido pela Constituição da Paraíba,



promulgada em 1892. A Constituição de Alagoas declarava o estado livre e autônomo, o mesmo acontecendo com a do Sergipe, aprovada no mesmo ano. A Carta Constitucional da Bahia, de 1891 dizia se constituir num estado soberano, o mesmo ocorrendo com a do Paraná, promulgada em 1892. O estado do Rio de Janeiro avançou mais, declarando-se um estado independente. Ou seja, nesse início do federalismo republicano, seis estados declararam-se soberanos, dois consideraram-se livres e um deles tornou-se literalmente independente (Basílio, 1961:33-38).

Apesar de não interpretar tão radicalmente o federalismo, o estado do Espírito Santo não fugiu à regra e sob forte influência do Partido Republicano Construtor de Moniz Freire promulgou sua Constituição em 2 de maio de 1892, registrando em seu art. 1º:

*O Estado do Espírito Santo, tendo por forma de governo a República Federativa, obedecerá como membro confederado da República dos Estados Unidos do Brasil, a todas as suas leis, concorrerá para o fortalecimento da sua integridade e gozará das vantagens, como contribuirá para os ônus, do engrandecimento, da defesa, da honra, do crédito e do bem geral da nação (Caldeira, 1980:15).*

Antes mesmo de 1892, em 20 de junho de 1891, a Constituição provisória do estado já declarava em seu art. 1º. o Espírito Santo como “[...] parte confederada da República dos Estados Unidos do Brasil [...]”,<sup>xi</sup> o que não diferencia muito da Carta de 1892, que utilizava a expressão “*membro confederado*”. Entretanto, a de 1891 estabelecia em seu art. 2º. que o Estado gozaria de “[...] *autonomia política e administrativa*”.

É de se notar dois conceitos opostos à centralização: confederação e autonomia. Na Reforma Constitucional de 30 de novembro de 1904, o art. 1º. continuava utilizando a expressão “*membro federado*”. Entretanto, em 13 de maio de 1913 – quando nem Moniz Freire nem Jerônimo Monteiro administravam mais o Espírito Santo -, a reforma constitucional estabelecia um art. 1º. que já não utilizava mais o conceito de federalismo, identificando o Espírito Santo simplesmente como “[...] *parte integrante da República dos Estados Unidos do Brasil [...]*”, expressão que posteriormente foi usada na reforma constitucional de 1923 e na Constituição promulgada em 1928. Somente em 1935 o texto constitucional estabeleceu em seu art. 1º. que o estado determinava suas leis, “[...] *nos limites de sua autonomia*”. Nota-se que havia, na década de 30, uma tendência política de se colocar limites à autonomia.

Os republicanos brasileiros partiram de conceitos ligados à confederação, passaram pela federação radical e chegaram a um federalismo moderado que desembocou na proposta de limites para a autonomia, enfatizando assim o poder central. A eficácia da política dos governadores, com sua conseqüente hegemonia dos estados maiores, dependia dessa crescente centralização, ao mesmo tempo em que se fundamentava também no coronelismo.

Compreende-se que, em 1921, influente político capixaba tenha se lamentado de que a autonomia que a Constituição conferiu aos estados importa a “[...] emancipação política destes [...]”, sem a distinção entre grandes e pequenos, ou “[...] o conceito de autonomia perdeu entre nós a significação que recebeu em todas as constituições do mundo [...]” (Aguirre, 2002:158).

Ora, apesar do café-com-leite estar em plena vigência, também Moniz Freire destacava-se por ir contra a onda centralizadora. Foi assim que em um de seus discursos proferido no Senado em 26 de agosto de 1913 declarou:

*Suprimi [...] essa monstruosidade do poder pessoal [...] encarnado no presidente que sustenta os régulos, e nos régulos que escravizam os Estados; substituí-o pelo poder efetivo da nação, representada na sua massa eleitoral; e vereis que radical transformação se há de fazer, no espírito dessas corporações (Basílio, 1961:62).*

Não poderia haver uma melhor descrição do que era a política dos governadores, vista pela ótica de quem a criticava. Estava aí sua motivação para lançar um projeto de voto secreto para o Brasil, sendo “Rui Barbosa o primeiro a felicitar Moniz Freire por essa iniciativa do político capixaba” (Basílio, 1961:64). O voto secreto poderia acabar com o poder fundamentado nessa política.

Tal posicionamento, entretanto, já vinha ocorrendo anteriormente, como se pode atestar, por exemplo, através de um de seus documentos oficiais de 1903 (Espírito Santo, 1903:15). Mais tarde, já no Senado, Moniz Freire (Brasil, 2004:31) lamenta-se da organização política brasileira, na “[...] qual os estados de maior poder exercem hegemonia sobre outros, ao mesmo tempo em que o poder central” – afirma ele – exerce uma autoridade discricionária, numa clara crítica ao centralismo da política de então.

Por sua vez, Jerônimo Monteiro, apesar de, em sua administração, ter sido apoiado por políticos<sup>xii</sup> que serviam de base de sustentação da hegemonia dos grandes estados, tomou posteriormente posições que indicavam certa independência pessoal com relação ao esquema da política dos governadores. Foi assim que, por exemplo, quando era deputado federal, após ter deixado a presidência do estado do Espírito Santo, manifestou-se publicamente com relação ao então presidente Wenceslau Braz,<sup>xiii</sup> quando de nomeações para cargos importantes no Espírito Santo:

*[...] desde muito tempo ouço dizer que a principal ocupação do atual Governo da República vem sendo moralizar os costumes, pôr ordem na administração do país, expurgando-a, quanto possível, dos maus elementos e dos colaboradores que possam prejudicar o andamento regular dos negócios públicos. Se assim é, não se explica facilmente como pratica esse Governo certos atos que tanto se afastam dessas normas (Caldeira, 1980:67).*

O mesmo presidente da república – conhecido então por se opor (Brasil, 1917:633) a Jerônimo Monteiro e seu partido – envolve-se, em 1916, em problema sucessório no Espírito Santo, tomando uma posição que desagrada os Monteiros, motivando por parte de Jerônimo declarações (Brasil, 1916:238-245) muito calorosas na Câmara dos Deputados contra o referido presidente.

O federalismo de Moniz Freire e o de Jerônimo Monteiro eram diferentes daquele posto em prática pela política dos governadores e que, de qualquer forma, indicam um posicionamento que certamente contribuiu para que, entre 1892 e 1912, permanecesse inalterada a falta de autonomia do Espírito Santo em face da Federação, sendo ele governado pela corrente monizista ou jeronimista.

### **À guisa de conclusão**

A presente análise parece evidenciar que, suscetível a diversas interpretações ao longo da Primeira República, o Federalismo brasileiro foi em sua origem descentralizador, mas tornou-se depois profundamente centralizador, ao mesmo tempo em que, através da política dos governadores, reforçava o poder das oligarquias estaduais, numa contradição apenas aparente, já que as elites regionais achavam-se ligadas ou até subordinadas ao poder central. Tendo gerado a hegemonia dos estados mais fortes – controladores da União –,

esse Federalismo também deu origem à exclusão política das unidades da Federação consideradas secundárias. Desse modo, na medida em que representavam a União, os “donos do poder” passaram a buscar cada vez mais a centralização, abandonando, assim, aquele Federalismo inicial voltado para a igualdade e a autonomia entre os membros da Federação.

Moniz Freire e Jerônimo Monteiro podem, assim, ser considerados frutos das possibilidades conjunturais do período em que viveram. Pode-se compreender, desse modo, como o monizismo e o jeronimismo posicionaram-se de uma maneira ou de outra contra aquele centralismo hegemônico e mantiveram o Espírito Santo em sua posição secundária e de exclusão, nesse jogo do poder que Weber identifica como “[...] a probabilidade de que um ator em uma relação social tenha condições de implementar sua vontade não obstante resistências, independentemente da base em que se fundamenta essa probabilidade” (Dahrendorf, 1982:152).

Tendo por objetivo analisar a existência de um fenômeno e não suas causas, esta pesquisa constatou uma relação de dominação que se torna ainda mais surpreendente quando se analisa o funcionamento da política brasileira neste início do século XXI e também se verifica que a heteronomia e a exclusão aqui focalizadas estão ainda presentes de maneira muito claras na atualidade. É assim que, com base em documentos obtidos pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), o jornal A Gazeta, em reportagem do Editor Eduardo Caliman,<sup>xiv</sup> indica que, nos primeiros sete meses de 2004, o Espírito Santo ocupa o 25º lugar no ranking dos que mais receberam investimentos do Governo Federal, tendo apenas dois outros estados brasileiros recebendo menos: o Amapá e Rondônia. Por outro lado, Minas Gerais lidera o ranking dos estados que, nesse período, mais receberam recursos da União, seguido do Pernambuco e do Ceará.

Além do Espírito Santo estar na classificação 25º no ranking de investimentos pagos, também é preciso levar em consideração que, do total desses investimentos, apenas 2,11% foram destinados a esse estado, ao lado da Bahia, que recebeu vinte vezes mais, de Minas Gerais que abocanhou vinte e cinco vezes mais e assim por diante. Observe-se também que estados com menor importância econômica e política, como Piauí e Sergipe, receberam mais de dez vezes o que recebeu o Espírito Santo.

Comentando esses resultados, Roberto Garcia Simões (2004, p. 15)<sup>xv</sup> afirmava que, apesar do bom relacionamento entre os atuais governador do estado e o presidente da República, “[...] não há mudanças efetivas no segundo e terceiro escalões [...]”, pois “[...] nos escalões mais baixos, com suas visões históricas sobre o Espírito Santo, há uma inércia que não é quebrada”. E conclui sobre a necessidade de mudar essa visão que a burocracia federal tem sobre o Espírito Santo, que não corresponde à importância estratégica e econômica do estado no contexto do país.

Essa característica, entretanto, não diz respeito apenas aos primeiros sete meses do ano de 2004, pois esse fenômeno se dá pelo menos de três anos para cá. Conforme pesquisa feita pela Executiva Nacional do Partido da Frente Liberal (PFL) junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), o Espírito Santo está, em 2004, no grupo dos cinco estados que menos receberam verbas do governo federal nos últimos três anos, dando assim maior extensão temporal aos resultados da pesquisa que produziu o quadro anteriormente citado. A diferença está no fato de que, no total dos últimos três anos, o Espírito Santo encontra-se no 21º lugar, enquanto que para 2005 sua classificação no ranking é de 25º lugar,<sup>xvi</sup> ou seja, piorou.

Sob o ponto de vista do que é analisado neste ensaio, observa-se disperso no imaginário de políticos e de especialistas capixabas um conjunto de idéias que, em muito, assemelham-se às que estão presentes nos documentos oficiais de Moniz Freire, Graciano dos Santos Neves, Henrique da Silva Coutinho e Jerônimo Monteiro. É a denúncia da continuidade de um mesmo mecanismo.

Assim, recentemente, o atual prefeito de Vitória, Luiz Paulo Vellozo Lucas<sup>xvii</sup> não poupou críticas ao governo federal, afirmando que os municípios não estão sendo tratados de forma igualitária. Suas declarações foram motivadas pelo fato de o município de São Paulo ter sido beneficiado por uma lei federal que adiou a data do pagamento mensal da dívida com a União.

Se se retrocede no tempo, sabe-se que, quando da instalação da Bahia/Sul, o empreendimento não veio para o estado por motivos políticos e se instalou a 8 km. da divisa, trazendo problemas para o Espírito Santo, sem as vantagens que o funcionamento de uma empresa de tal porte traria para a economia capixaba. Pode-se também mencionar,

nessa linha, indústrias que seriam instaladas em Colatina e que acabaram indo para o estado de Minas Gerais. Mais recentemente, depois de 1994, certos investimentos na área de montagem de veículos deixaram de vir para o Espírito Santo, apesar de aqui as condições de infra-estrutura financeira serem mais viáveis que as de outros estados para onde se transferiram.

Em palestra proferida em dezembro de 2001 na Assembléia Legislativa Estadual, num painel da História do Espírito Santo, do qual participaram economistas, historiadores e representantes de outras importantes áreas da pesquisa e do conhecimento, o economista e consultor executivo José Eugênio Vieira (2002, p. 21-22) forneceu esses dados, comentando que a causa estava na falta de “prestígio político” e na “opção política”. No mesmo painel, Roberto Garcia Simões (2002:242-243) destacou que o maior dilema do Espírito Santo, na atualidade, é de caráter ético e político-institucional, não sendo portanto uma questão econômica. Segundo ele,

*[...] o descompasso entre a posição econômica do Espírito Santo e os resultados políticos são flagrantes. O Espírito Santo é o oitavo Estado no ranking de competitividade nacional [...]. Porém, o Espírito Santo não está colocado entre os quinze Estados divulgados que, em 2000, conseguiram mobilizar o maior volume de recursos federais para investimentos [...]. Na última década, o Espírito Santo não conseguiu atrair nenhum empreendimento significativo.*

Não é supérfluo comparar as palavras de Simões com as reflexões de Moniz Freire (Espírito Santo, 1896b:157), referentes à situação do estado em seu primeiro mandato: “O Espírito Santo já é o nono estado brasileiro pela importância de sua renda, e relativamente à população pode ser considerado um dos primeiros”. Jerônimo Monteiro (Espírito Santo, 1908:49) também reafirma posteriormente essa posição, quando declara que “[...] em movimento de produção e exportação, [o Espírito Santo] ocupa o 9º lugar entre os demais estados”. Entretanto, sem autonomia e satélite. Observa-se, assim, que no discurso dos atuais políticos e intelectuais capixabas continuam válidas as observações feitas pelos presidentes do estado do Espírito Santo entre 1892 e 1912 e registradas em documentos oficiais, no que se refere aos aspectos tratados neste ensaio.

Não são poucas as vezes em que os jornais capixabas fornecem notícias que, de uma maneira ou de outra, sugerem a existência do mesmo jogo que conduziu ao processo de

dependência, esquecimento e falta de autonomia aqui tratados. É assim que, por exemplo, uma das maiores construtoras do país, a firma Camargo Corrêa, que desde certo tempo vinha manifestando interesse em investir em um estaleiro no Porto de Barra do Riacho (Aracruz),<sup>xviii</sup> está agora focando seus negócios possivelmente em Pernambuco, tendo desistido do Espírito Santo “[...] devido às dificuldades de liberação da área de 90ha pertencente à União, reservada para o empreendimento”.<sup>xix</sup>

Trata-se evidentemente da continuidade de um mesmo processo no qual a autonomia do Espírito Santo acha-se ausente pelo menos há quase um século, o que talvez permitisse a Braudel (1992:44) encaixar o fenômeno naquilo que ele chama de longa duração e que ele mesmo define como “[...] uma realidade concreta que o tempo tende a preservar e não a fazer mudar [...]”, uma vez que se compõem de elementos “[...] estáveis, contínuos, permanentes” (Reis, 1994:66-87). É por essa razão que “[...] o tempo de hoje data, ao mesmo tempo, de ontem, de anteontem, de outrora” (Braudel, 1992:54).

A presente pesquisa não tinha por objetivo aprofundar-se nas causas do fenômeno de dependência nem em sua continuidade, mas tão-somente no levantamento de uma problemática: em que medida, nos documentos oficiais, explicitava-se a autonomia política do Espírito Santo, durante um importante período de sua história republicana? Em sendo negativa a suposição de autonomia, e constatado que essa característica continua viva na atualidade, resta perguntar: é útil para a vida política atual entender os mecanismos dessa falta de autonomia que já existia um século atrás? Para o século XXI, tem algum sentido prático estudar essas contradições resultantes das especificidades políticas daquele início da república brasileira?

Buscar praticidade numa pesquisa desse gênero não significa se posicionar favoravelmente à idéia da História como uma coleção de modelos e mestre de vida,<sup>xx</sup> oferecendo ao futuro exemplos a evitar ou a imitar.

Vivemos, entretanto, um momento histórico singular, em que, sob o impacto da globalização, desaparecem aldeias, desativam-se complexos industriais e caem ao chão antigos modos de vida. A crise atingiu vários níveis. As referências desaparecem. A família se transforma. Igrejas se esvaziam. Igrejas se enchem. Os valores mudam. As convicções desaparecem. O Estado não protege. Grandes instituições se apagam. A

violência se espalha. Os desfiles de Primeiro de Maio já não têm mais carisma. Novas potências surgem. Outros problemas aparecem. Muda-se o jogo das hegemonias. Permanecem muitas dependências.

A disciplina histórica (Boutier; Julia, 1998:52-53) não visa a ressuscitar o passado, nem a cultuar tal personagem ou acontecimento. Seu objetivo é tornar compreensíveis as relações que unem ou dividem os seres humanos, os grupos sociais, os governantes e os governados, sem deixar de analisar as complexidades e as dificuldades de tal relacionamento. E tudo isso, dentro de uma função ímpar, nas sociedades democráticas: colaborar para que cada geração receba a herança do passado e a altere em função das necessidades do presente.

É possível à atual geração de formadores de opinião capixabas mudar essa continuidade, a fim de que, nas pegadas de Moniz Freire e Jerônimo Monteiro (Espírito Santo, 1908:51), “[...] possamos ver colocado na sua legítima e elevada posição, o nosso estremecido Espírito Santo?” Tomar consciência dessa problemática já é meio caminho andado. Contribuindo com o renascimento da história política, este estudo também colabora com essa tomada de consciência. Entretanto, boa parte do sucesso quanto a possíveis mudanças certamente dependerá da força advinda da divisa que Jerônimo Monteiro (Novaes, [s.d.]:379) estabeleceu para o estado do Espírito Santo: **Trabalha e Confia**.



## REFERÊNCIAS

- AGUIRRE, Antônio. Circular do Dr. Antônio Aguirre. In: CLAUDIO, Afonso. *História da propaganda republicana no Estado do Espírito Santo*. Vitória: Gráfica do Espírito Santo, 2002.
- ANUARIO ESTATÍSTICO DO BRAZIL 1908-1912. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: edições 70, 2003.
- BASILIO, Marcello Antônio de Souza. *A vida e a obra de Moniz Freire*. Vitória: [s.n], 1961.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política*. Trad. de Marco Aurélio Nogueira. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). *Dicionário de política*. Brasília: Editora UnB, vol.1 e vol. 2, 2002
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. Em que pensam os historiadores? In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998.
- BRASIL. Congresso Nacional. *Anais do Senado*: sessão de 30-12-1908. Disponível em: <[www.senado.gov.br/anais.htm](http://www.senado.gov.br/anais.htm)>. Acesso em: 22-2-2004.
- \_\_\_\_\_. Congresso Nacional. *Anais da Câmara*: sessão de 24-10-1917. Deputados brasileiros: 1826-1976. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1917.
- \_\_\_\_\_. Congresso Nacional. *Anais da Câmara*: sessão de 4-9-1916. Deputados brasileiros: 1826-1976. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1916.
- \_\_\_\_\_. Congresso Nacional. *Anais da Câmara*: sessão de 21-8-1915. Deputados brasileiros: 1826-1976. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1915.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. *Anais da Câmara*: sessão de 24-9-1917. Deputados brasileiros: 1826-1976. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1917.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. *Anais do Senado*: sessão de 1-8-1908. Disponível em: <[www.senado.gov.br/anais.htm](http://www.senado.gov.br/anais.htm)>. Acesso em: 22-2-2004.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. *Anais do Senado*: sessão de 7-8-1912. Disponível em: <[www.senado.gov.br/anais.htm](http://www.senado.gov.br/anais.htm)>. Acesso em: 10-2-2004.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. *Anais do Senado*: sessão de 8/7-1908. Disponível em: <[www.senado.gov.br/anais.htm](http://www.senado.gov.br/anais.htm)>. Acesso em: 22-2-2004.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. *Anais da Câmara*: sessão de 23-9-1916. Deputados brasileiros: 1826-1976. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1916.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRUNO, Deusa da Cunha. *Brasil República: o jogo do poder oligárquico*. Niterói: EDUFF, 1995

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed.UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002.

CALDEIRA, Milton. *Constituições do Estado do Espírito Santo*. 2. ed. Vitória: FJSN, 1980. (Série Documentos capixabas, v. 5: Constituições do Estado do Espírito Santo).

CALIMAN, Eduardo (Editor). Investimentos federais no ES só superam os de Rondônia e Amapá. *A Gazeta*, Vitória (ES), 13 ago. 2004. p. 15.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. *O novo arrabalde*. Vitória: PMV/Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

CARDOSO, Fernando Henrique et al. *O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1979. v 1.

CLAUDIO, Afonso. *História da propaganda republicana no Estado do Espírito Santo*. Vitória: Gráfica Espírito Santo, 2002.

DAHRENDORF, Ralph. *As classes e seus conflitos na sociedade industrial*. Brasília: UnB, 1982.

\_\_\_\_\_. *Após 1989*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

DIFICULDADE própria. *A Tribuna*, Vitória (ES), 30 jul. 2004. p. 24.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Freire). *Discurso pronunciado pelo Exmo. Sr. Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, presidente do Estado do Espírito Santo, após sua promessa constitucional perante o Congresso Constituinte*. Vitória: Typ. do Estado, 1892.

\_\_\_\_\_. Presidente (1892-1896: Freire). *Mensagem do presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, lida ao Congresso do mesmo Estado na sua sessão de instalação a 16 de setembro de 1893*. Vitória: Typographia do “Estado do Espírito Santo”, 1893.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Freire). *Mensagem lida pelo Exm. Sr. presidente do Estado do Espírito Santo, na instalação do Congresso Legislativo*. Vitória: Typographia do Estado do Espírito Santo, 1894.

\_\_\_\_\_. Presidente (1892-1896: Freire). *Mensagem do Exm. Sr. presidente do Estado do Espírito Santo, lida na instalação do Congresso Legislativo em 17 de setembro de 1895*. Vitória: Typographia do Estado, 1895.

\_\_\_\_\_. Presidente (1896-1897: Neves). *Mensagem do Exmo. Sr. presidente do Estado do Espírito Santo, lida na instalação do Congresso Legislativo em 22 de setembro de 1896*. Vitória: Typographia do Estado, 1896a.

\_\_\_\_\_. Presidente (1892-1896: Freire). *Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. J. de M. C. Moniz Freire, presidente do Estado do Espírito Santo, ao passar o governo ao Exmo. Sr. Dr. Graciano dos Santos Neves em 23 de maio de 1896*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1896b.

\_\_\_\_\_. Presidente (1900-1904: Freire). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da 3ª sessão da terceira Legislatura pelo Presidente do Estado, Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, em 13 de Setembro de 1900*. Victoria: Papelaria e Typographya de A. Moreira Dantas, 1900.

\_\_\_\_\_. Presidente (1900-1904: Freire). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da 1ª. sessão da quarta Legislatura pelo Presidente do Estado, Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, em 28 de setembro de 1901.* Vitória: Typographia Commercial de Nelson Costa & Comp., 1901.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1900-1904: Freire). *Mensagem apresentada ao Congresso legislativo na abertura da segunda sessão da quarta legislatura pelo presidente do Estado Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, em 2 de outubro de 1902.* Vitória: Papelaria e Typographia Nelson Costa & Comp., 1902

\_\_\_\_\_. Presidente (1900-1904: Freire). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da terceira sessão da quarta Legislatura pelo Presidente do Estado, Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, em 22 de setembro de 1903.* Vitória: Papelaria e Typographia Nelson Costa & Comp., 1903.

\_\_\_\_\_. Presidente (1908-1912: Monteiro). *Mensagem dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro presidente do Estado ao Congresso espírito-santense, na segunda sessão da sexta Legislatura.* Vitória: Papelaria e Typographia Nelson Costa, 1908.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1908-1912: Monteiro). *Mensagem dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, presidente do Estado ao Congresso Legislativo do Espírito Santo na terceira sessão da sexta legislatura.* Vitória: Imprensa Oficial, 1909.

\_\_\_\_\_. Presidente (1908-1912: Monteiro). *Mensagem dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, presidente do Estado ao Congresso do Espírito Santo na 1ª. sessão da 7ª. legislatura.* Vitória: Imprensa Oficial, 1910.

\_\_\_\_\_. Presidente (1908-1912: Monteiro). *Mensagem dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, presidente do Estado ao Congresso do Espírito Santo na 2ª. sessão da 7ª. legislatura.* Vitória: Imprensa Oficial, 1911.

\_\_\_\_\_. Presidente (1908-1912: Monteiro). *Exposição sobre os negócios do Estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do Estado durante o mesmo período.* Vitória: Imprensa Oficial, 1913.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.* São Paulo: Globo, 2001.

- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da USP/Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *A República na velha província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.
- FRANCO, Sebastião Pimentel; HEES, Regina Rodrigues. *A república e o Espírito Santo*. Vitória: Multiplicidade, 2003.
- JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- JULLIARD, J. A política. In: LE GOFF, J.; NORA, P. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Salles, as bases e a decadência da primeira república brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- LEVI, Lúcio. Federalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 2002. v. 1.
- LUIZ PAULO critica benefício de Marta. *A Tribuna*, Vitória (ES), 25 ago. 2004. p. 33.
- MANIFESTO do clube republicano do Rio de Janeiro. In: CLAUDIO, Afonso. *História da propaganda republicana no Estado do Espírito Santo*. Vitória: Gráfica Espírito Santo, 2002. Anexo A. p. 76-87. [publicado no 1º número de A República, órgão do mesmo clube, em 3 de dezembro de 1870].
- NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, [s.d].
- \_\_\_\_\_. *Jerônimo Monteiro: sua vida e sua obra*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1979.
- OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.
- OSTELLINO, Piero. Satélite. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 2002. v. 2.

- PASQUINO, Gianfranco. Executivo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). *Dicionário de política*. Brasília: Editora UnB, 2002., v. 1.
- PINTO, Surama Conde Sá. *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Arquivo Pública do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- RANKING dos Estados. *A Tribuna*, Vitória (ES), 11 jun. 2004. p. 29.
- REIS, J. C. *Nouvelle histoire e tempo histórico*. São Paulo: Ática, 1994.
- RUSS, Jacqueline. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Scipione, 1994.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Representação e cooptação política no Brasil*. Disponível em: <[www.schwartzman.org.br/simon/dados7.htm](http://www.schwartzman.org.br/simon/dados7.htm)>. Acesso em: 10-1-2004.
- SILVA, Marta Zorzal. *Espírito Santo: estado, interesses e poder*. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.
- SIMÕES, Roberto Garcia. Desenvolvimento econômico do Espírito Santo no século XX. In: BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. *Espírito Santo: um painel da nossa história*. Vitória: Imprensa Oficial/ES, 2002.
- SIMÕES, Roberto Garcia. Há uma inércia. *A Gazeta*, Vitória (ES), 13 ago. p. 15.
- \_\_\_\_\_. ES perdeu estaleiro. *A Gazeta*, Vitória (ES), 5 set. 2004. Opinião, p. 15.
- SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarzo. *Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da grande Vitória, 1950-1980*. Vitória: EDUFES, 2001.
- SOROS, Georges. *A crise do capitalismo*. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- SKIDMORE, Thomas. *Uma História do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- VIEIRA, José Eugênio. Evolução industrial do Espírito Santo. In: BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. *Espírito Santo: um painel da nossa história*. Vitória: Imprensa Oficial/ES, 2002.
- WEBER, Max. *Economia y Sociedad: esbozo de sociologia comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

\_\_\_\_\_. O estado nacional e a política econômica. In: COHN, Gabriel. *Max Weber: sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.

<sup>i</sup> Russ (1994, p. 128) define heteronomia como a “[...] condição de uma pessoa que recebe do exterior a lei a que ela se submete (termo oposto a autonomia)”.

<sup>ii</sup> Sobre uma suposta autonomia dos fatores econômicos, são esclarecedoras as palavras de Pierre Bourdieu (2001:23): “Mesmo em nossas sociedades [...], a autonomização do aspecto econômico das ações nunca se realiza de maneira tão perfeita a ponto de fazer com que as ações mais diretamente orientadas para fins econômicos sejam totalmente desprovidas de funções simbólicas”.

<sup>iii</sup> Nesse verbete Ostellino (2002:1141) afirma que trata-se de um termo de origem contemporânea e aplicável na descrição de qualquer Estado sujeito à hegemonia de outro.

<sup>iv</sup> Outros estudiosos já usaram os termos jeronimismo e monizismo, embora em contexto diverso e com significado próprio. Neste ensaio, entretanto, entendem-se ambas como conjuntos diferentes de práticas políticas orientadas ou por Jerônimo Monteiro ou por Moniz Freire, tendo respectivamente por objetivo o fortalecimento da classe dos produtores de café ou da burguesia mercantil-exportadora, entre 1892 e 1912.

<sup>v</sup> Esse estudioso da urbanização de Vitória fornece, nessa obra, várias outras informações utilizadas neste ensaio.

<sup>vi</sup> De acordo com o movimento de entrada e saída de pessoas na hospedaria dos imigrantes, durante o primeiro mandato de Moniz Freire somente 40% deles dirigiram-se para o sul do estado (Campos Junior, 1996:156, nota 25).

<sup>vii</sup> Há também pesquisadores que consideram que esse enfraquecimento deve-se às dificuldades originárias da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

<sup>viii</sup> Do ponto de vista da influência e da hegemonia, pode-se dividir a Primeira República em duas etapas, a partir da ascensão de Campos Salles: de 1898 a 1906, a política paulista, associada à eficiência administrativa e à modernização; de 1906 a 1926, a política com um “[...] inequívoco tom mineiro” (Lessa, 1999:203).

<sup>ix</sup> Conforme Anais da Câmara, sessão em 23 de setembro de 1916, p. 307-314. Também sessão em 4 de setembro de 1916, p. 217-221.

<sup>x</sup> O Brasil, em quase toda a Primeira República era composto de 20 estados e um Distrito Federal. Para isso, ver o Anuário estatístico do Brasil 1908-1912. (1916-1927).

<sup>xi</sup> Para todas as transcrições aqui registradas das Constituições capixabas, ver CALDEIRA, Milton. Constituições do estado do Espírito Santo. 2 ed. Vitória: FJSN, 1980. Série Documentos capixabas, vol. 5: Constituições do estado do Espírito Santo.

<sup>xii</sup> Na administração Jerônimo Monteiro, o estado foi visitado pelos presidentes Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca.

<sup>xiii</sup> Já anteriormente, em 1915, Jerônimo Monteiro vinha se manifestando claramente contrário a determinações do presidente Wenceslau Braz. Para isso ver Anais da Câmara. Sessão de 21 de agosto de 1915, p.54.

<sup>xiv</sup> CALIMAN, Eduardo (Editor). Investimentos federais no ES só superam os de Rondônia e Amapá. *A Gazeta*, Vitória (ES), 13 ago. 2004. p. 15.

<sup>xv</sup> Especialista em Políticas Públicas. Conforme suas declarações em *A Gazeta*, Vitória (ES), 13 ago. 2004. p. 15.

<sup>xvi</sup> RANKING. *A Tribuna*, Vitória (ES), 11 jun. 2004. p. 29.

<sup>xvii</sup> LUIZ Paulo critica benefício de Marta. *A Tribuna*, Vitória (ES), 25 ago. 2004. p. 33.

<sup>xviii</sup> DIFICULDADE própria. *A Tribuna*, Vitória (ES), 30 jul. 2004. p. 24.

<sup>xix</sup> Trata-se de notícia veiculada pelo *Jornal do Comércio* de Pernambuco e comentada em artigo de Roberto Garcia Simões. *ES perdeu estaleiro*. *A Gazeta*, Vitória (ES), 5 set. 2004, p. 3.

<sup>xx</sup> “Magistra vitae” (mestre da vida) é a concepção da História pregada por Cícero (106-43 a.C.) e aceita durante muito tempo.